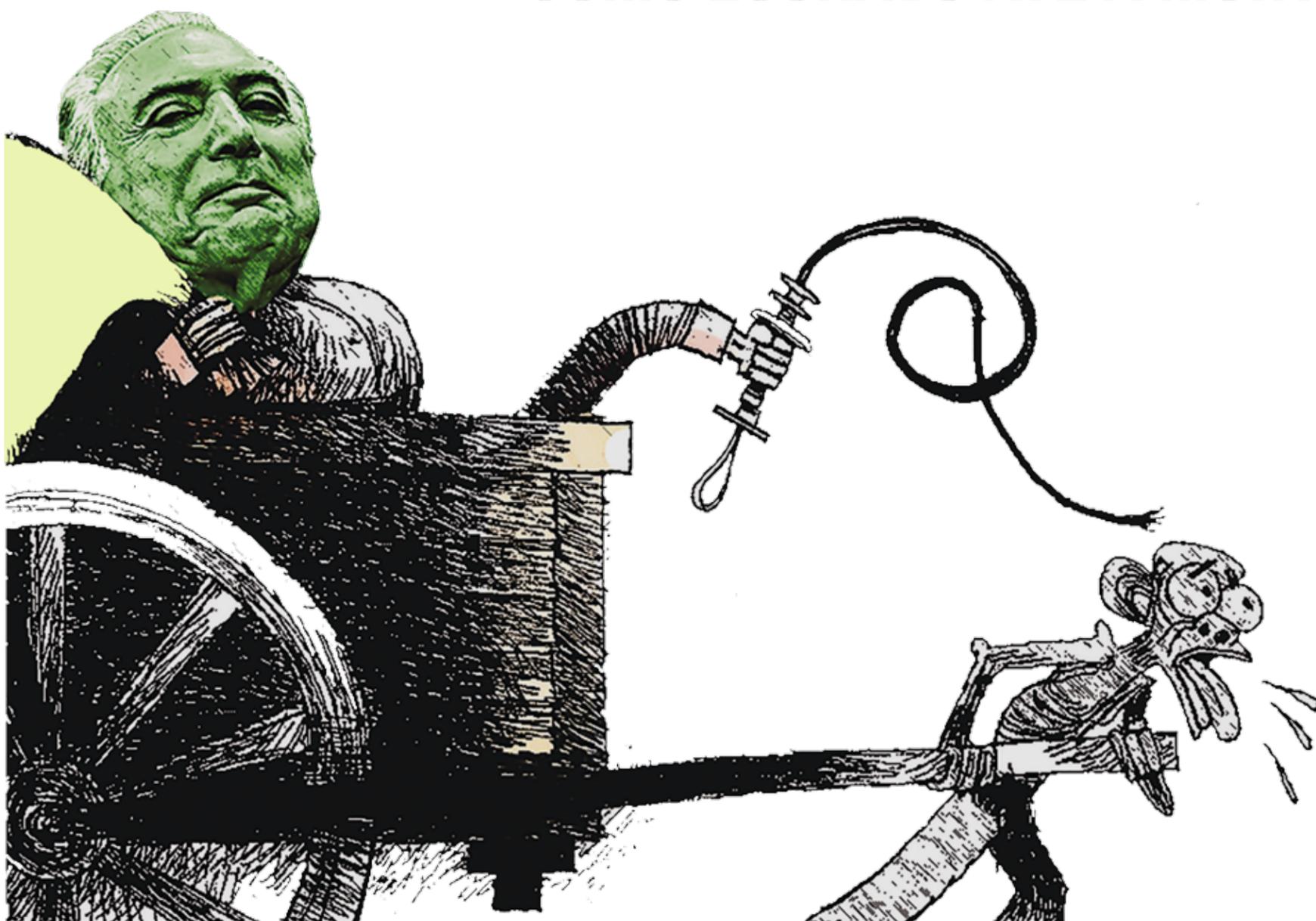


Nenhum direito a menos: Sisejufe na luta contra a Reforma da Previdência

ELE QUER QUE VOCÊ TRABALHE COMO ESCRAVO ATÉ A MORTE



LEIA MAIS

13,23%: decisão do STF sobre a concessão do reajuste representa vitória política da gestão

Página 3

Folia contra a Reforma da Previdência: sindicato promove passeata no dia 15 de fevereiro

Páginas 4 e 5

Seminário de Planejamento: diretoria apresentou balanço e propôs metas para 2017

Páginas 6 e 7

Charge Latuff



Editorial

Agenda de retirada de direitos exige luta e resistência

Vera Miranda

Lutar sempre, até que nossos direitos e conquistas estejam a salvo dos inimigos da classe trabalhadora

O ano de 2017 mal começou e no Congresso Nacional a agenda de retirada de direitos vai exigir muita luta e resistência do movimento sindical para impedir o retrocesso. Os parlamentares retomam o trabalho em fevereiro com duas reformas na pauta extremamente ameaçadoras, que re-

presentam uma verdadeira caça aos direitos dos trabalhadores - a Reforma da Previdência (PEC 287/16) e a já anunciada Reforma Trabalhista.

A Reforma da Previdência ameaça um dos mais sagrados direitos do trabalhador: a aposentadoria digna após décadas de contribuição. O discurso do rombo nas contas da Previdência Social esconde a real intenção de romper o sistema de Seguridade Social, amparado na Constituição de 1988, e desobrigar cada vez mais o Estado a deixar os servidores públicos e demais trabalhadores à mercê dos grupos de previdência privada.

A flexibilização e precarização das relações de trabalho também se apresenta no cená-

rio, traduzida na aprovação do projeto de regulamentação da terceirização que inclui o serviço público como um todo e agora se aprofunda com o projeto de lei que determina a prevalência de acordos e convenções coletivas entre patrões e empregados sobre a legislação (PL 6787/16), o chamado “negociado sobre o legislado”. Em meio a tantos retrocessos e ataques aos direitos trabalhistas, a Justiça do Trabalho está ameaçada de extinção. Guardiã dos direitos e conquistas, a JT precisa ser defendida do processo de desmonte que se avizinha.

Não temos tempo a perder, precisamos nos engajar na luta para barrar a retirada de direitos, ombrear lado a lado com os demais trabalhadores para travar as

batalhas que virão. Para barrar a Reforma da Previdência, precisamos nos somar aos demais movimentos e consolidar uma frente de resistência aos que tentam sugar nosso sangue.

Somente a luta duramente travada pode derrotar um projeto tão nefasto para os servidores. É preciso reação imediata e ocupação das trincheiras da luta. Ocupar as ruas, ocupar o Congresso Nacional, ocupar as mídias sociais, desmentir o discurso da mídia oficial que defende a retirada dos nossos direitos nos jornais impressos e televisivos, enquanto evita falar dos benefícios fiscais para salvar empresários e banqueiros.

A direção do Sisejufe de-

bateu longamente todos os cenários que se avizinham e está preparada para conduzir a luta, lado a lado com os servidores do Judiciário Federal fluminense. Ao lado da Fenajufe e demais sindicatos dos outros estados, o Sisejufe se prepara para escrever mais uma página de lutas dessa categoria. A nossa recente campanha salarial nos deu mostra do que a unidade pode produzir.

Está na hora de ocupar as ruas com nossa indignação, marchar sobre Brasília, apontar as vuuzelas para dentro do Congresso Nacional e avisar que não vamos arredar nenhum milímetro até o projeto ser derrotado.

*Assessora Política



SISEJUFE: Filiado à FENAJUFE
SEDE: Av. Presidente Vargas 509/11º andar
 Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443
PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Adriana Aparecida P. Tangerino, Adriano Nunes dos Santos, Alexandre G. dos Santos, Amadison V. Ramos, Amaro das G. Faustino, Ângelo Henrique V. da Rocha, Cláudio Vieira de Amorim, Dulavim de O. Lima Junior, Edson Mouta Vasconcelos, Eliana P. Campos, Fábio Filardi da Silva, Fernanda Estevão Picorelli, Fernanda Lauria, Helena Guimarães Cruz, Joel Lima de Farias, Jorge Luiz F. de Queiroz, José Fonseca dos Santos, Jovelina Alves da Silva, Leonardo M. Peres, Lucena P. Martins, Lucilene L. Araújo de Jesus, Luís Amauri P. de Souza, Marcelo Costa Neres, Mariana Ornelas de A. G. Liria, Mário César P. D. Gonçalves, Maristela de Souza Vicente, Mauro Nilson F. dos Santos, Neli da Costa Rosa, Olker G. Pestana, Ricardo de A. Soares, Ricardo Quiroga Vinhas, Ricardo S. Valverde, Ronaldo Almeida das Virgens, Sidnei Barbosa Seixas, Sonia Regina Rezende (*in memoriam*), Soraia G. Marca, Valter N. Alves, Williams F. de Alvarenga
ASSESSORIA POLÍTICA: Vera Miranda
EDIÇÃO: Cristiane Vianna Amaral (MTE/RS 8685)
REDAÇÃO: Max Leone (MTE RJ/19002/JP) – Tais Faccioli (MTE 22185) – Cristiane Vianna Amaral (MTE/RS 8685)
DIAGRAMAÇÃO: Deisedóris de Carvalho – **CHARGE:** Latuff – **CONSELHO EDITORIAL:** Ricardo Quiroga Vinhas, Max Leone, Valter Nogueira Alves e Vera Miranda
IMPRESSÃO: Gráfica Mec Editora Ltda. Tiragem: 7.300

Ministro Fux nega segmento à Reclamação que questionava concessão do reajuste de 13,23%

Passivo Direção do Sisejufe defendeu o Artigo 6º no PL 2648 e lutou para que não houvesse veto

Cristiane Vianna Amaral
com informações
da Assessoria Jurídica*

Uma decisão do ministro Luiz Fux do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a concessão do reajuste de 13,23% representa uma grande vitória política do Sisejufe para a categoria. O ministro, diferentemente do que ocorreu em outras decisões analisadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), manteve decisão que concedeu o percentual não com base exclusivamente no princípio da isonomia, mas levando em conta o reconhecimento legislativo previsto pela Lei 13.317/2016.

A direção do sindicato sempre defendeu que os 13,23% estivessem na lei que garantiu a reposição para os servidores do Judiciário Federal. Foram muitos embates com a oposição, que trabalhou para retirar o Artigo 6º do projeto e tentou, de todas as formas, que o governo vetasse o artigo. Foi um duro embate para esclarecer a categoria em assembleias, nos locais de trabalho, nas redes sociais.

“Existe um passivo”, afirmou o presidente do Sisejufe Valter Nogueira Alves. Além da ação, que se encontra atualmente no Tribunal Regional Federal (TRF) 1, a direção já está programando uma série de movimentos políticos para fazer valer o direito do servidor, como a visita aos ministros do STF.

Em Brasília, para articular no Congresso Nacional a aprovação do PL 2648, o presidente do Sisejufe defendeu, na época, que os últimos acontecimentos como a suspensão de decisões judiciais e administrativas por parte do STF só reforçavam o acerto da estratégia adotada pelo sindicato. “A todo o momento, a ação dos 13,23% sofre reviravoltas e a categoria não pode ficar refém dessas decisões judiciais e administrativas. Por isso, insistimos na necessidade de se aprovar

com urgência o projeto, mantendo o Artigo 6º como forma de consolidar, mediante a lei, o reconhecimento do direito ao reajuste.” Para o dirigente sindical, essa será a grande luta dos servidores 2017, sem deixar de lado os embates contra a retirada de direitos imposta pelo governo Temer.

Entenda o caso

Em decisão monocrática, o ministro Luiz Fux negou seguimento a uma Reclamação (Rcl 25.655) na qual se discutia a concessão do reajuste de 13,23% a um servidor do Poder Judiciário, afastando a incidência da Súmula Vinculante 37. De acordo com o ministro, o ato atacado na reclamação, diferentemente do que ocorreu em outras decisões analisadas pelo Supremo, manteve sentença que concedera o reajuste de 13,23% não com base exclusivamente no princípio da isonomia, mas também no reconhecimento legislativo da Lei 13.317/2016.

Como a Súmula Vinculante 37 veda ao Judiciário a concessão de reajuste sob o fundamento de isonomia, fundando-se em disposições legais, a decisão reclamada não encontraria óbice na referida Súmula, segundo o ministro.

A advogada Aracéli Rodrigues, do escritório Cassel Ruzzarin Santos Rodrigues, que assessora o Sisejufe, esclarece que, apesar de haver precedentes do próprio órgão sobre a inaplicabilidade da Súmula Vinculante 37 em matéria de revisão geral, o STF decidiu aplicar a vedação da Súmula aos casos de 13,23%, que discutem revisão geral.

“Trata-se de decisão muito importante, pois afasta a aplicação da Súmula Vinculante 37 em razão da existência de disposição legal sobre o direito, embora, a nosso ver, a aplicação da Súmula nessa matéria já fosse indevida, por se tratar de discussão sobre revisão geral”, diz a advogada.



Foram muito embates com a oposição, que trabalhou para retirar o Artigo 6º do projeto e tentou, de todas as formas, que o governo vetasse o artigo. Foi um duro embate para esclarecer a categoria em assembleias, nos locais de trabalho, nas redes sociais

A Assessoria Jurídica do Sisejufe vai juntar cópia da decisão proferida pelo ministro nos autos da ação coletiva do sindicato que se encontra no TRF 1.

Saiba mais sobre a ação coletiva do Sisejufe

O Sisejufe obteve vitória na ação coletiva que pede o reconhecimento do direito ao reajuste de 13,23% (também denominado 14,23%) em acórdão que acolheu embargos de declaração, com efeitos modificativos, em razão de julgamento da Corte Especial do TRF 1. Contudo, como a decisão foi omissa quanto ao pedido de concessão de antecipação da tutela recursal, o sindicato interpôs embargos de declaração, que aguardam julgamento no Tribunal.

Na sequência, com a publicação da Lei 13.317/2016, a Assessoria Jurídica do Sisejufe protocolou manifestação no processo, sustentando a inaplicabilidade da Súmula Vinculante 37 ao caso, a partir do

reconhecimento legislativo do direito, argumento que deverá ser analisado pelo TRF, quando do julgamento dos embargos de declaração, já que se trata de fato legislativo novo.

A ação coletiva nº 0040737-21.2007.4.01.3400 foi proposta pelo Sisejufe em 2007. Em primeiro grau, obteve sentença de improcedência, objeto de recurso de apelação para a 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, onde foi mantida por ter sido um dos primeiros julgados do Tribunal. Contra tal acórdão, a entidade opôs embargos de declaração, invocando a mudança de posição na Corte Especial, em que julgado incidente de inconstitucionalidade reconhecendo o direito. A tese central está pautada na criação da Vantagem Pecuniária Individual (VPI) no valor de R\$ 59,87, em maio de 2003 pela Lei 10698/2003 com natureza de revisão geral anual, juntamente com 1% da Lei 10697/2003. Aos servido-

res que ganhavam menos, a VPI representou até 14,23% a mais do que receberam os que tinham maior remuneração.

Segundo o advogado Rudi Cassel, após intenso trabalho de audiências e distribuição de memoriais em que se demonstrou a possibilidade de modificação nessa etapa, os embargos do sindicato foram acolhidos à unanimidade na sessão do dia 5 de maio de 2016, com efeitos infringentes para aplicar o entendimento da Corte Especial, reconhecendo-se o direito à diferença de 13,23% desde 2003.

Tanto o Sindicato quanto a União interpuseram embargos de declaração em face da decisão, e a Assessoria Jurídica vem trabalhando intensamente para manter a decisão obtida, agora com fundamento não apenas na isonomia, mas também no reconhecimento do direito pela Lei 13.317/2016.

Sisejufe e servidores do Judiciário enfrentam ataques do governo Temer

Contra a Reforma da Previdência

Sob o mote “Nenhum Direito a Menos”, categoria fará passeata e atos

Max Leone e
Cristiane Vianna Amaral*

A direção do Sisejufe e os servidores do Judiciário Federal do Rio vão para as ruas denunciar a real intenção do governo Temer em implementar a Reforma da Previdência com a apresentação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287: a retirada de direitos tanto de trabalhadores do setor privado quanto do serviço público. Sob o mote “Nenhum Direito a Menos” e atuando estrategicamente em conjunto com entidades de vários pontos do país, o sindicato promoverá grande passeata e ato contra a PEC no dia 15 de fevereiro no Centro do Rio.

As diretrizes da luta contra a reforma foram tratadas em reunião da diretoria Executiva da Fenajufe no dia 21 de janeiro. Um dos pontos deliberados por representantes de 23 sindicatos da base da federação, inclusive o Sisejufe, foi o chamado a todas as entidades e centrais sindicais para a construção de uma greve geral como instrumento para barrar as reformas propostas pelo governo Temer e que ameaçam o futuro dos trabalhadores. O indicativo de paralisação nacional para o dia 8 de março busca referência ao Dia Internacional da Mulher. As trabalhadoras são as mais prejudicadas com a Reforma da Previdência.

De acordo com os diretores do Sisejufe que participaram da reunião em Brasília - Amauri Pinheiro e Ronaldo das Virgens, que também integra a coordenação da Fenajufe - o compromisso é atuar para conscientizar os servidores do Judiciário Federal sobre as implicações e o alcance dos ataques à aposentadoria. O sindicato terá a incumbência de convocar a categoria a participar

e ajudar na organização da resistência em seus locais de trabalho.

“O Sisejufe vai seguir as determinações da Fenajufe”, afirmou Ronaldo. Nesse sentido, a direção já está preparando mobilizações: a primeira delas, a passeata no dia 15 de fevereiro, e campanhas para o próximo período, visando almejar todo o estado, além de apoiar as atividades propostas pela Federação. Segundo o diretor, se depender da atuação do sindicato, não haverá “Nenhum Direito a Menos”.

A passeata percorrerá as principais ruas do Centro da cidade. A concentração está marcada para às 16h na Candelária para em seguida partir em direção à sede da Gerência Regional Centro do INSS no Rio, que fica na rua Pedro Lessa 36, esquina com avenida Graça Aranha. Haverá grande ato na porta do prédio contra a Reforma da Previdência.

O trabalho da direção do Sisejufe contra a PEC 287 vem sendo desenvolvido desde o ano passado, antes mesmo da apresentação das propostas pelo presidente Michel Temer ao Congresso Nacional. O diretor Ronaldo das Virgens destacou que o sindicato já mobiliza a base desde então, alertando sobre os impactos das possíveis mudanças. Ainda em setembro de 2016, a diretoria da entidade promoveu o painel ‘Nova Reforma da Previdência e ajuste fiscal: ameaças ao servidor público, com palestra do advogado Rudi Cassel, assessor jurídico do Sisejufe. A PEC 55 e a Reforma da Previdência foram os temas centrais das paralisações realizadas no dia 13 de dezembro em diversos foros da capital e interior, com rodas de conversa com os servidores para o esclarecimento de dúvidas. A direção marcou presença também em atos promovidos pelo conjunto dos trabalhadores e continua a movimentação para mobilizar os servidores.



Na Ampliadinha da Fenajufe, o diretor Ronaldo das Virgens destacou que o Sisejufe já mobiliza a base desde o ano passado, alertando sobre os impactos das possíveis mudanças previstas na Reforma da Previdência

Ainda como forma de fortalecer a resistência e ampliar a conscientização sobre os riscos que se configuram para o servidor do Judiciário, a Fenajufe também vai promover um seminário, assim como fez o Sisejufe, sobre a Reforma da Previdência, em 18 de fevereiro. Com isso, a data da reunião ampliada da Federação foi alterada para 19 de fevereiro.

Também ficou acertado que para facilitar o entendimento a respeito das propostas que o governo Temer lançou - entre elas a implementação de idade mínima para aposentadoria tanto para homens quanto para mulheres da iniciativa privada e do funcionalismo público com 25 anos de contribuição mínima - a Fenajufe irá elaborar uma cartilha didática explicando o perigo da Reforma da Previdência, com ampla distribuição também para

a população em geral. Esse material trará as razões pelas quais os servidores do Judiciário são contra a proposta de alterações nas regras da aposentadoria.

O diretor Amauri Pinheiro defendeu que a materiais possuam gráficos e linguagem simplificada, para que a população consiga compreender como as mudanças impactarão na vida dos trabalhadores. “Só colocando milhões nas ruas vamos conseguir barrar a Reforma da Previdência”, conclamou.

Faz parte do plano de atuação dos sindicatos pressionar os parlamentares, tanto em suas bases eleitorais, quanto no Congresso Nacional. Além do corpo a corpo nos estados e em Brasília a partir de 31 de janeiro, data em que os deputados e senadores começam a retornar à capital federal, será feita a

cobrança pública da posição do parlamentar. Redes sociais na Internet, faixas, cartazes e toda a sorte de divulgação deverão ser utilizadas para escancarar o lado do muro em que está o deputado: a favor ou contra os trabalhadores.

Servidores abraçam INSS em Brasília

A primeira manifestação do ano contra a reforma ocorreu no dia 24 de janeiro - Dia do Aposentado. O protesto organizado pelo Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Mosap), contou com a participação de servidores do Judiciário Federal, e foi reforçado pela presença de diversas entidades representativas dos trabalhadores brasileiros tanto da iniciativa privada quanto do setor público. Houve um abraço simbólico ao prédio do INSS, no

Superavitário Federal denuncia os direitos dos trabalhadores

no dia 15 de fevereiro no Centro do Rio



Admissibilidade da PEC foi aprovada pela CCJ da Câmara

O texto da PEC 287 teve a sua admissibilidade aprovada antes do recesso parlamentar em dezembro do ano passado, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados. A proposta seguirá para discussão de uma Comissão Especial antes de ser discutida no plenário da Casa.

“Temos que acelerar o cro-

nograma porque é muito importante que votemos essa matéria rapidamente. No primeiro semestre temos que ter votado na Câmara. É uma matéria que já está sendo discutida, que é de conhecimento da sociedade. Temos que garantir a aposentadoria presente e futura”, ressaltou o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR).

O líder resalta que a equipe

econômica, a princípio, não pretende negociar mudanças no texto. “O governo apresentou uma proposta que está fechada, mas é claro que o Congresso tem autonomia para propor qualquer tipo de discussão. E nós vamos avaliar e discutir para ver se um possível abrandamento contempla a realidade do equilíbrio que precisamos”, considerou o senador.

Frente ampla da CLP

Outra deliberação aprovada na “Ampladinha” foi a orientação às entidades a participarem das reuniões na Comissão de Legislação Participativa (CLP), onde está em criação um fórum nacional de direitos contra a Reforma da Previdência. A orientação vale ainda para que haja participa-

ção também em atividades de outros Fóruns de Servidores Públicos direcionados a esta pauta, inclusive incorporando os seus calendários.

Fonasefe

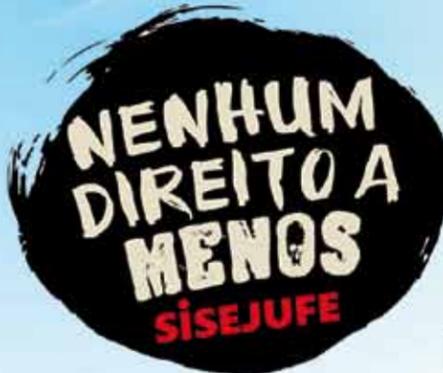
Mais uma vez foi ressaltada a necessidade de união entre as categorias. Por isso, a deliberação foi pelo trabalho

em conjunto com o Fórum das Entidades dos Servidores Públicos tanto nos estados quanto em nível federal. A posição reforça ainda o que foi definido na 20ª Plenária Nacional Extraordinária da Fenajufe.

Setor de Autarquias Sul em Brasília. Os manifestantes reforçavam a todo o momento que o sistema de seguridade social do país é superavitário e que a desculpa de rombo na previdência é desculpa

esfarrapada do governo para atacar direitos dos trabalhadores. A direção da Fenajufe destacou que o ato em Brasília marcou a união entre os trabalhadores na luta por um futuro para o país.

*Da Redação



15 de fevereiro

concentração às 16h na Candelária

rumo à sede do INSS na rua Pedro Lessa

Folia contra a Reforma da Previdência



PASSEATA

Hora de planejar

Planejamento Estratégico Diretoria avalia desempenho de 2016 e traça metas para 2017



Reunida no Planejamento Estratégico, a diretoria do Sisejufe apresentou balanço do desempenho dos departamentos e núcleos e metas para este ano. Em 2017, a luta será o combate à retirada de direitos dos trabalhadores, especialmente contra a Reforma da Previdência. Após ajustes, o Planejamento Estratégico e o orçamento deste ano apresentados pelo presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves, foram aprovados por unanimidade

Taís Faccioli*

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

O Sisejufe começa 2017 com 6.022 sindicalizados, 367 a mais do que em 2016. Um aumento acompanhado de investimentos para melhorar o bem-estar dos servidores. A sede campestre, que em 2016 recebeu 1.625 hóspedes, ganhou benfeitorias: restaurante e parquinho, além de reformas na infraestrutura. Em 2017, o restaurante terá opção

de jantar. Haverá nova piscina, churrasqueira e quiosques. O site de reservas será atualizado. A fisioterapia se manteve entre serviços de maior interesse. O convênio com a Unimed Rio fechou o ano com 8.641 clientes.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA

Seguindo a estratégia de investir na informação em todos os canais e mídias sociais, repetiu em 2016 o ótimo desempenho de 2015. Foram publicados sete jornais Contraponto, além de materiais específicos para do Co-

tec e dos aposentados. Foram 36 boletins Fique Por Dentro, média de três publicações mensais. Consolidou a estratégia de comunicação interativa. Foram 518 postagens no site, resultando em 2,3 milhões de visualizações, o dobro do ano anterior.

Foi distribuído para os filiados calendário com registros das lutas e mobilizações da categoria.

Para 2017, o desafio é implementar aplicativo para aumentar a interação com a categoria. Entre as expectativas, destaca-se adoção de política para fortalecer a marca do Sisejufe como sindicato combativo.

SAÚDE

A meta é aprofundar o debate sobre saúde do trabalhador, com enfoque no CAT (Comunicado de Acidente de Trabalho). O objetivo é lutar para erradicar condições insalubres de trabalho e incentivar o servidor a fazer o CAT ao sair de licença-saúde. Haverá campanhas de esclarecimento sobre doenças do trabalho. Será instalado o Núcleo de Combate ao Assédio Moral com espaço para acolhimento. A previsão é maio de 2017.

Participará de eventos da Semana do Meio Ambiente e da Semana do Servidor. Estão previstas caminhadas, em parceria com o Departamento de Cultura e Lazer.

COTEC-RJ

O Cotec-RJ consolidou o movimento pela valorização dos técnicos judiciários. “O NS é uma realidade. O Sisejufe tem orgulho de ser pioneiro na luta”, afirmou a diretora Soraia Marca.

Em 2017, a meta do coletivo é fazer quatro jornais, aumentar a participação da categoria nas mobilizações, organizar manifestações em Brasília, planejar visitas a diretores-gerais e realizar encontro nacional. Será confeccionado bloco de notas para sindicalizados.

DEPARTAMENTO JURÍDICO

Considerado estratégico, o Departamento Jurídico avalia que cumpriu com rigor a política de qualidade e excelência. De acordo com o coordenador, Dulavim de Oliveira, este ano, a meta é consolidá-lo como referência. Será promovido seminário sobre assédio moral e dois boletins especiais Fique por Dentro, um tratando de Imposto de Renda sobre auxílio-creche. Serão feitas cartilha sobre assédio moral como causa de acidente de trabalho e sobre Reforma da Previdência.

e organizar a luta

DEPARTAMENTO DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS

O setor se destaca como um dos que mais atraem os servidores. Manterá a periodicidade das reuniões mensais e visa ampliar a participação, além de intensificar estratégias de comunicação, abrindo canais nas mídias sociais. Será criado e-mail “Fale com o DAP”. Jornal especial será elaborado. A coordenadora do DAP, Neli Rosa, quer aproximar a direção do sindicato nas atividades do setor.



DEPARTAMENTO DE INTEGRAÇÃO

A prioridade será integrar mais o interior. De acordo com a assessora política, Vera Miranda, uma das metas é buscar parcerias para eventos com profissionais da Educação, Saúde e funcionários do Banco do Brasil. “Todos estão sendo atingidos pela retirada de direitos”, aponta.

Também planeja torneio de futebol de salão.

CONVÊNIOS

Houve várias parcerias e descontos a filiados. Em 2017, buscará projetos para atender o interior. Será firmado convênio de desconto em cinemas. Ainda no primeiro semestre, fará parceria com a Serjus para atividades de Cultura e Lazer.

CULTURA

Ampliar as atividades nas áreas de Cultura e Lazer, além de organizar ações político-culturais contra a Reforma da Previdência. Convênios para compra de ingressos serão fechados. Saraus, sessões de cinema, happy hours e as tradicionais festas de pré-carnaval, junina e fim de ano vão continuar. O Coral, que em 2016 fez 15 apresentações, vai cantar em instituições de caridade, além de encontros de corais e locais tradicionais do Judiciário. Haverá concurso de fotografia e

mostra literária.

DEPARTAMENTO DE APOIO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Manterá apoio a grupos que lutam pela igualdade de gênero, empoderamento de mulheres, resistência cultural, combate ao extermínio da juventude negra, à intolerância religiosa e contra a homofobia. Dará suporte à atividade anual dos sem-terrinha e sindicatos.

NÚCLEOS

O NAS (Núcleo de Segurança), que fez campanha contra o

uso de PMs em desvio de função na JF, planeja trazer mais agentes para atividades do Sisejufe. O segmento combaterá a terceirização e lutará por condições de trabalho. Haverá debate para formular propostas a fim de padronizar procedimentos na segurança institucional. Participará de encontros e seminários.

O Núcleo de Gênero e Raça pautará debate sobre empoderamento de mulheres e da igualdade racial, violência contra a mulher e impactos da Reforma da Previdência para trabalhadoras. Será discutido

o combate ao racismo institucional e fará seminário no Dia da Consciência Negra.

O coordenador do Núcleo de Pessoas com Deficiência, Ricardo Azevedo, avaliou o ano como positivo. O grupo trabalhou a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e cobrou dos tribunais o cumprimento da Resolução 230 do CNJ. “Fizemos reunião no TRT, que criou comissão de acessibilidade no prazo estipulado pela resolução. Fomos convidados a participar e aceitaram nossas sugestões. Não há comissão no TRE. Vamos pedir reunião

para tratar do assunto. Na JF, não avança porque está na dependência do TRF, que não nos recebe”, lamenta.

O núcleo quer aumentar a participação de servidores com deficiência. Serão produzidos jornais com o balanço do núcleo e outro material sobre o Dia Internacional de Luta das Pessoas com Deficiência, em dezembro. Haverá seminário sobre acessibilidade em junho e encontro regional em setembro.

*Da Redação



Justiça determina que Unimed Leste Fluminense atenda filiados do Sisejufe associados à Unimed-Rio

Plano de Saúde

Multa é de R\$ 10 mil para cada atendimento negado pela operadora

A Justiça determinou que os servidores associados do Sisejufe que são clientes do convênio entre a entidade e a Unimed-Rio sejam atendidos, sem restrições, pela rede credenciada à Unimed Leste Fluminense, que abrange municípios de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Rio Bonito, Maricá, Tanguá e Silva Jardim. A 4ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro deferiu no dia 16 de janeiro tutela de urgência em ação coletiva protocolada pela direção do sindicato. “O

objetivo é garantir os direitos dos filiados à cobertura contratada dos conveniados que não conseguiam atendimento de serviços prestados pela Unimed Leste”, afirmou a diretora Lucena Pacheco. De acordo com o Departamento Jurídico do Sisejufe, a operadora de plano de saúde está sujeita à multa de R\$ 10 mil para cada caso de descumprimento da sentença.

Na ação coletiva, o Sisejufe esclareceu que intermediou a contratação de plano de saúde

por adesão entre seus filiados e a Unimed-Rio e que, conforme a cláusula 6ª do contrato, todos os produtos oferecidos possuem abrangência nacional, sendo que todas as Unimed são signatárias de um Manual de Intercâmbio Nacional, para cumprimento à referida cláusula.

No entanto, em razão de alegado desajuste de repasse entre as operadoras, grande parte dos filiados que usam a rede credenciada da Unimed Leste Fluminense reclamavam

que vem sofrendo repetidas recusas de prestação de serviços, o que motivou o ajuizamento da ação coletiva pela direção do sindicato. “Caso os servidores ainda tenham problemas de atendimento, devem procurar o sindicato imediatamente para que possamos tomar as devidas providências”, salientou Lucena.

Os argumentos do Departamento Jurídico do Sisejufe na ação coletiva foram aceitos pela 4ª Vara Empresarial (Processo 0301276-29.2016.8.19.0001). No texto em que determina a tutela de urgência, o juízo entendeu estarem presentes os requisitos legais para a concessão da medida de urgência.

“Embora se reconheça que as operadoras rés possuam cadastros distintos, integram um complexo unitário de prestação de serviços de saúde, possuindo inclusive modelos de contratos padronizados. Quando os associados celebram o contrato com determinada operadora integrante do grupo ‘Unimed’, criam uma expectativa legítima de serem atendidos em toda a rede credenciada fora de sua operadora de origem. Aliás, tal expectativa é reforçada até mesmo pelas campanhas publicitárias das rés, que mantêm logo único”, diz um trecho da sentença.

Núcleo de Pessoas com Deficiência luta para implementar acessibilidade

Menos de dois meses após a publicação da Resolução 230 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que trata da acessibilidade nos tribunais, o Núcleo das Pessoas com Deficiência do Sisejufe cobra a sua implementação para beneficiar tanto o público externo, quanto servidores e magistrados em geral. Pela resolução, os tribunais são obrigados a criar Comissões de Acessibilidade que deverão ser compostas por servidores e magistrados. O núcleo protocolou requerimentos reivindicando à Justiça Eleitoral, Trabalhista, Federal e TRF-2, reuniões para tratar do tema. A intenção é auxiliar os gestores na condução do assunto, uma vez que o sindicato pode contribuir na melhoria de vida e condições de trabalho das pessoas com deficiência.

“Nosso sindicato é o único com núcleo específico para tratar das questões inerentes aos servidores com deficiência em pleno funcionamento desde 2004”, afirma Ricardo de Azevedo Soares, coordenador do núcleo do Sisejufe. Segundo o dirigente, o TRT foi o único a cumprir a resolução, instaurando Comissão de Acessibilidade no prazo

estabelecido. A reunião com o presidente da comissão, Antônio Cesar Daiha, e os demais participantes foi positiva, inclusive com todas as contribuições do núcleo aceitas. “Apesar da boa receptividade, há muita coisa a ser feita para a melhoria das condições de trabalho no TRT”, diz.

De acordo com o coordenador, no TRE também houve boa receptividade. Porém, não há comissão instaurada, conforme a resolução. “Há duas comissões que tratam de questões relativas à acessibilidade, contudo não se cumpriu com o que reza a 230”, diz Ricardo Soares, ressaltando que a Presidência do TRE não marcou reunião com o núcleo. “Vamos insistir, enviando novos requerimentos à Presidência da Justiça Eleitoral”, reafirmou o dirigente sindical.

Com relação ao TRF da 2ª Região, o atual presidente, desembargador Poul Erik Dyrland, não recebeu o núcleo, alegando que já estaria tratando do tema. “É incrível o grau de afastamento da atual administração do TRF em relação ao sindicato. O presidente parece não gostar do diálogo com os servidores. Vamos tomar as medidas necessárias para que a resolução seja cumprida por parte do TRF. O Sisejufe repudia veementemente a atitude do desembargador Poul

Erik Dirlund em não querer sequer conversar com o sindicato sobre do tema”, critica Ricardo de Azevedo Soares.

Ele reclama que a segunda instância da JF sequer tem número mínimo de servidores com deficiência em seus quadros. “As nomeações saem para o Primeiro Grau e já temos observado tal prática há algum tempo e vamos tomar providências”, assegura.

Já na Seção Judiciária do Rio de Janeiro, apesar de o sindicato ter sido recebido, pouco ocorreu em termos práticos, mesmo ainda que pese a boa vontade da diretor do Foro, Renato Pessanha. No entanto, ele entende que a adoção e instauração da Comissão de Acessibilidade seriam incumbências do TRF.

“Como tivemos a negativa por parte do desembargador Poul Erik em nos receber, solicitamos ao diretor do Foro, Renato Pessanha, que intercedesse com a Presidência da Corte para definirmos se é necessário uma Comissão para a SJRJ e outra para a Segunda Instância ou se cria apenas uma em âmbito do Segundo Grau”, afirma Dulavim de Oliveira, diretor do Sisejufe e componente do núcleo.

CJF indefere pedido de diminuição do valor do auxílio-saúde no TRF2

O plenário do Conselho da Justiça Federal (CJF) negou, na última sessão do ano, realizada no dia 12 de dezembro, pedido do presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), Poul Eric Dyrland, para diminuir o valor de referência do auxílio-saúde de R\$ 215,00, já fixado em Lei Orçamentária, para o valor de R\$ 150,00.

Na sessão anterior do CJF, no dia 22 de novembro, o vice-presidente do Conselho, ministro Humberto Martins, relator da matéria, pediu a prorrogação do julgamento e o processo continuou sob o pedido de vista do ministro Benedito Gonçalves. Na última sessão, o ministro Benedito acompanhou o voto do relator, pelo indeferimento da redução do valor do auxílio-saúde.

Na avaliação do ministro relator, a aplicação de valores inferiores aos definidos na Lei Orçamentária implicaria violação do princípio da isonomia. O magistrado

observou que os servidores dos cinco tribunais regionais federais e do Conselho estão submetidos ao mesmo regime jurídico, inclusive com um único plano de cargos e salários (Lei 11.416/2006).

Entenda o pedido

No âmbito do CJF e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, os benefícios do plano de seguridade social da Lei 8.112/90 foram regulamentados pela Resolução CJF 02/2008. Diante disso, a assistência à saúde dos servidores pode ser prestada diretamente pelos órgãos, através do oferecimento de plano de saúde (próprio ou por convênio) ou, ainda, mediante pagamento de indenização ao servidor e seus dependentes que contratarem planos de saúde privados. Atualmente, vigora a Portaria nº 82, de 23 de fevereiro de 2016, que fixou o valor mensal do auxílio-saúde no CJF e na Justiça Federal em R\$ 215,00.

José Aristéia, da Fenajufe: “Precisamos rever a carreira como está dividida hoje”

O coordenador-geral da Fenajufe José Aristéia esteve no Rio de Janeiro para o Seminário de Planejamento Estratégico do Sisejufe, e participou do painel de conjuntura. Já na reunião do Cotec-RJ, deu informes sobre a Comissão Interdisciplinar do Supremo Tribunal Federal, que está fazendo a revisão do Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Poder Judiciário da União. Aristéia é um dos representantes dos trabalhadores no colegiado, ao lado dos integrantes dos tribunais superiores. Entre as agendas, ele deu uma entrevista exclusiva para o Jornal Contraponto.



Cristiane Vianna Amaral*

Contraponto – Para que serve a Comissão Interdisciplinar do Plano de Cargos e Salários?

Atistéia – A instalação da Comissão não é novidade. É o “start” tradicional para construir o projeto de lei de revisão da remuneração da carreira. O diferencial foi criar o colegiado no decorrer de um plano, sem a pressão do “tabelão”, ou seja, da correção salarial. Foi um compromisso do então presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, com a categoria, para que se pudesse

discutir outros temas estruturantes desta que é a maior carreira unificada do serviço público federal, cerca de 120 mil servidores.

No início dos debates, os integrantes focaram em discussões de consenso.

Contraponto – E que consensos foram esses?

Atistéia – O acúmulo de GAS e GAE para agentes e oficiais em função de gestão, mudanças no adicional de treinamento e na progressão e remoção. A extinção do cargo de auxiliar também está no foco da Comissão. Outra preocupação é a entrada de setores jovens no

Judiciário, que não conseguem chegar ao antigo teto da carreira, com a perda de direitos dos servidores ao longo dos anos.

Contraponto – A Comissão deve encerrar os trabalhos em fevereiro. O que ainda deve ser discutido?

Atistéia – Desde o início, os representantes dos trabalhadores estão pressionando para que o Nível Superior para técnicos seja debatido. Esse é um tema que está muito forte entre os servidores e que, portanto, precisa entrar na pauta. Foi uma questão central do último Congresso da Fenajufe e é um fenômeno na base, pois

mobiliza 70% da categoria.

Eu sou servidor da Justiça do Trabalho, então falo pelo que vi acontecer lá. Antes, os analistas ficavam com as fases mais complexas. Com a implantação do PJE, “todos fazem tudo”. Então precisamos rever a carreira como está dividida hoje.

Contraponto – E quais serão as próximas etapas após o encerramento dos trabalhos da Comissão?

Atistéia – O resultado do trabalho da Comissão vai para apreciação dos diretores-gerais. Eles podem fazer alterações, adicionar ou mesmo suprimir temas. Também que-

remos que os representantes dos servidores atuem nessa etapa. Os presidentes dos tribunais superiores vão finalizar as negociações e enviar o projeto de lei ao legislativo.

No entanto, a proposta da Fenajufe é de que a Comissão Interdisciplinar seja permanente para dar continuidade ao debate.

Contraponto – E quanto à conjuntura nacional? Qual será o maior desafio em 2017?

Atistéia – A Fenajufe tem como maior desafio político dar sinergia à luta contra o retrocesso, tendo como prioridade a defesa da Previdência. Para isso, precisamos ter a capacidade de esclarecer os servidores do Judiciário Federal sobre a ameaça aos seus direitos, bem como para os trabalhadores do regime geral.

Só um levante no país pode impedir a Reforma da Previdência. Só temos chance de derrotar o governo se envolvermos milhões de pessoas. Neste momento, o papel de cada sindicato, de cada servidor é participar das mobilizações.



O coordenador-geral da Fenajufe José Aristéia participou da reunião do Cotec-RJ

Sisejufe celebra ano de c

Festa Segundo os próprios servidores, foi uma das melhores festas já realizadas pelo sindicato

Mais de 600 pessoas lotaram o Clube Ginástico Português na festa de fim de ano do Sisejufe, realizada no dia 16 de dezembro. A banda Celebrare colocou todos para dançar ao som de vários ritmos. A festa também foi momento de comemorar as conquistas de 2016. O evento foi organizado pelo Departamento de Cultura do Sindicato. “Mesmo nesse clima de turbulência que o país está vivendo, nosso sindicato cresce. A gente quer trazer vocês pra festa, mas também pra luta. Vocês são o sindicato”, destacou o diretor do Departamento, Adriano Nunes. Para o presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves, foi o momento de abraçar a todos que construíram as vitórias: servidores do Judiciário, colaboradores e funcionários do Sindicato.



Departamento de Cultura foi o responsável pela organização do evento que teve como destaque o show da Banda Celebrare

Conquistas

Fotos: Crazy Factory Studio Fotográfico



Funcionários do Sisejufe também participaram da comemoração de fim de ano

Luta garante retroativos de reenquadramento para auxiliares judiciários

Atrasados para servidor que teve acerto de nível ficaram, em média, em R\$ 9,2 mil no TRF2 e em R\$ 9,6 na SJRJ

Max Leone*

A luta da direção do Sisejufe pelo enquadramento de auxiliares judiciários como técnicos da Justiça Federal e pelo reenquadramento de nível de servidores resultou em grande vitória que proporcionou o pagamento de retroativos. Com o acerto da dívida em dezembro de 2016, segundo dados do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, 30 auxiliares judiciários (antigos ocupantes da categoria de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos) foram beneficiados pela iniciativa do sindicato. Em média, o crédito bruto recebido por servidores enquadrados foi de R\$ 101,8 mil em folha de pagamento no fim do ano passado.

Para os servidores que tiveram reenquadramento de nível, a medida resultou em pagamentos retroativos médios de R\$ 9.292,37 no TRF2, com 69 beneficiados. Já na Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ), a média de atrasados foi de R\$ R\$9.699,57, para 299 servidores. O tribunal desembolsou R\$641.173,61, com valor mínimo pago ficando em R\$ 6.366,85 e o valor máximo, em R\$13.294,56 no TRF-2. Na SJRJ, a gasto foi de R\$ 2.900.171,45, valor mínimo pago de R\$6.021,91 e o máximo, R\$15.512,64.

De acordo com o tribunal, dos 30 auxiliares judiciários beneficiados, 27 se encontravam em atividade

na data de publicação da Lei 12.774/2012 e três estavam aposentados, com paridade. O TRF-2 informou que foram destinados R\$ 2,7 milhões para quitação do passivo, que é retroativo a dezembro de 2012. Pelo levantamento do tribunal, “o valor mínimo bruto pago a auxiliares judiciários reenquadrados foi de R\$ 98.148,30 e o máximo bruto pago foi de R\$ 105.147,07”.

Relembre os casos

O TRF2 publicou o Ato 2015/00342 que enquadrou os auxiliares como técnicos. A iniciativa seguiu os termos da Resolução 343 de maio de 2015 do CJF. A medida beneficiou pessoal ativo em 31 de dezembro de 2012, que ocupava a função, até 26 de dezembro de 1996, com a publicação da Lei 9.421/1996, que implementou a antiga categoria de auxiliar operacional de Serviços Diversos, bem como os servidores que ingressaram no cargo de auxiliar posteriormente à publicação da Lei 9.421/1996.

Já em relação ao reenqua-

Em média, o crédito bruto recebido por servidores enquadrados foi de R\$ 101,8 mil em folha de pagamento no fim do ano passado

“Foi um ano muito difícil, de muitas lutas, mas o sindicato saiu vitorioso em várias batalhas: o retroativo do pagamento indevido referente ao auxílio creche, o pagamento dos passivos do reenquadramento de dois níveis e agora o pagamento do passivo referente aos auxiliares judiciários. Além de termos derrotado o reajuste zero e a diminuição do auxílio saúde”, comemora o diretor do Sisejufe Ronaldo das Virgens.

Os servidores que ainda não receberam os retroativos devem preencher a declaração prevista no Artigo 16 da Resolução 224/2012 do conselho e encaminhá-la à Divisão Regional de Pagamento da Secretaria de Gestão de Pessoas do TRF2 (DIRPA/SGP), para o devido controle de pagamento.

dramento de níveis, devido à falta de previsão orçamentária para pagar valores integrais em 2014, a direção do Sisejufe tomou uma série de medidas para garantir a quitação. Segundo o presidente do sindicato, Valter Nogueira Alves, mesmo o CJF tendo se empenhado e cobrado da Secretaria de Orçamento Federal (SOF-MPOG) o pagamento dos atrasados, o governo não atendeu às solicitações por não haver previsão orçamentária. “Foi então que, primeiramente, houve a quitação dos valores que não ultrapassavam R\$ 2 mil. Depois a mudança da resolução elevou o limite a R\$ 5 mil, por requerimento do Sisejufe, já que no MPOG esse valor já era praticado”, afirmou o dirigente.

Da Redação*

Servidor no compasso do samba

Prata da Casa A música é o melhor remédio para curar os estresses do cotidiano

Rodrigo Filgueiras Anthés se divide entre a rotina como assistente jurídico da 1ª Vara de Execuções Fiscais e a agenda de shows nos fins de semana

*Tais Faccioli

Música e Direito. As duas paixões de Rodrigo Filgueiras Anthés, 38 anos, explicam os caminhos que sua vida seguiu. O gosto pela música, herdado dos pais, o encaminhou para o mundo do samba. Já o interesse pelos assuntos jurídicos o levou a cursar faculdade de Direito e passar no concurso do Judiciário Federal. Hoje, Rodrigo divide seu tempo entre o trabalho na JF Venezuela e as apresentações como vocalista e percussionista da roda de samba que criou com outros cinco amigos, dois também servidores federais.

“Eu já passei por essa dúvida, de escolher entre uma profissão e outra, mas preferi conciliar as duas”, afirma o músico-servidor.

Durante a semana, sua responsabilidade é dar conta das demandas no gabinete da Primei-

ra Vara de Execuções Fiscais, onde é assistente jurídico. Nos fins de semana, o servidor dá lugar ao músico e Rodrigo percorre bares e casas de shows com sua roda de samba. Pelas apresentações, ele ganha cachê, mas garante que não chega a ser um reforço no orçamento. “É uma retribuição pelo nosso trabalho. Minha renda principal vem da Justiça Federal”, diz. As apresentações são divulgadas em sua página pessoal no Facebook.

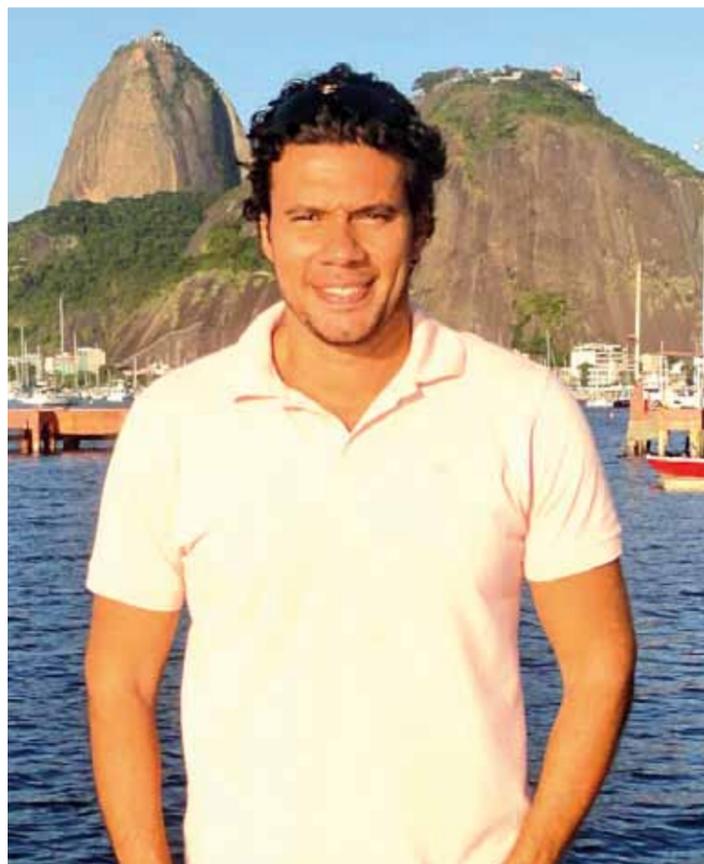
O samba de raiz é o gênero musical que predomina, mas o repertório do grupo também passa pela MPB e forró. As músicas são na maioria clássicos de artistas consagrados, mas Rodrigo também se arrisca a compor. “Geralmente eu me inspiro nos fatos da vida... momentos felizes, momentos tristes, mas nunca coloquei minhas composições num CD. Isso é coisa pro futuro”, planeja.

Para Rodrigo, a música é o melhor remédio para curar

os estresses do dia a dia. “É uma verdadeira terapia pra mim. É bom para aumentar a minha produtividade no trabalho. Ajuda a melhorar a qualidade de vida também”, avalia o servidor.

O sambista, que já foi integrante de um coral e vocalista de uma banda de rock, destaca que a iniciativa do Sisejufe de realizar eventos culturais, como os sa-raus, é de extrema importância. “A Justiça precisa continuar esses encontros musicais porque tem muitos talentos na Justiça que precisam ser ouvidos. É um prazer para quem ouve e para quem canta”, finaliza.

Da Redação*



Descoberta de Talentos – Se você é servidor do Judiciário Federal do Rio, tem veia artística, seja em que área for, e quer um espaço para ver seu trabalho divulgado, entre em contato com o Sisejufe. Quem sabe o próximo personagem do Prata da Casa não seja você? Envie seu contato com alguns detalhes de seu trabalho para imprensa@sisejufe.org.br